
“Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura”: a liberdade de expressão em narrativas jornalísticas sobre a Revolução dos Cravos (1974)¹

Camila Garcia KIELING²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

Neste artigo, procuramos compreender o debate sobre liberdade de expressão através de narrativas jornalísticas portuguesas e brasileiras sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974. Naquele momento, Portugal libertava-se de uma ditadura que já durava 48 anos. No Brasil, o quarto presidente militar tomava posse. O incomum golpe de Estado perpetrado por militares que, entre idas e vindas, levou efetivamente a um processo democrático foi acompanhado pelo mundo com olhos incrédulos e esperançosos. Na mídia portuguesa, uma explosão da palavra pública. No Brasil, a imprensa sob censura enfatiza a conquista da liberdade de expressão pelos companheiros do além-mar, mas também alerta para as responsabilidades implicadas pelo exercício da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; liberdade de expressão; jornalismo; 25 de Abril.

Introdução

A Revolução de 25 de Abril de 1974 e o Processo Revolucionário em Curso (PREC) ao qual ela deu início mexeram com o ânimo da imprensa de todo o mundo: “Portugal era olhado como o palco de um confronto definidor entre esquerda e direita e terá sido essa uma das razões pelas quais a sua agitação tanto apaixonou a opinião pública mundial” (VIEIRA; MONICO, 2014, p. 337). O incomum golpe de Estado perpetrado por militares que, entre idas e vindas, levou efetivamente a um processo democrático foi acompanhado pelo mundo com olhos incrédulos e esperançosos. Neste artigo, um desdobramento de nossa tese de doutorado defendida em março de 2017, procuramos analisar, através de exemplares das imprensas brasileira e portuguesa, o debate em torno da liberdade de expressão suscitado por esse acontecimento. A seleção dos jornais brasileiros compreende *O Estado de S.Paulo (OESP)*, matutino ligado aos cafeicultores paulistas e de trajetória liberal, conservadora e anti-trabalhista, e *Jornal do Brasil (JB)*, diário carioca marcado pelo diálogo com as classes populares, pioneiro na modernização

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação Social pelo PPGCOM da Famedos/PUCRS. Professora da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famedos/PUCRS, e-mail: camila.kieling@puers.br.

da linguagem gráfica e editorial no jornalismo brasileiro nos anos 1960; em Portugal, selecionamos *República (REP)*, vespertino editado em Lisboa, reduto resistente da oposição à ditadura.

Antes da Revolução, Portugal vivia sob um regime fechado que ficou conhecido como Estado Novo ou Salazarismo (1933-1974), denominação que faz referência ao seu principal líder, António de Oliveira Salazar (1889-1970). O 25 de Abril, Revolução que deu fim à ditadura, foi conduzido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e iniciou o processo que levou à implantação de um regime democrático, com a aprovação da Constituição de 25 de abril de 1976.

Em 1974, no Brasil, a ditadura completava 10 anos e encaminhava-se a posse do quarto presidente militar. A oposição festejou o sucesso da insurreição portuguesa. Curiosamente, o governo brasileiro, que cultivava relações amistosas com governos ditatoriais de direita – como os de Pinochet no Chile e de Stroessner no Paraguai – logo reconheceu a Junta de Salvação Nacional (JSN) que se instalou no governo português e, ao mesmo tempo, ofereceu asilo político ao presidente da República deposto, Américo Tomás, e ao presidente do Conselho de Ministros, sucessor de Salazar, Marcelo Caetano. O inusitado posicionamento esteve relacionado com a questão colonial, especialmente com as guerras de independência de Angola, Moçambique e Guiné, já que o Brasil tinha interesse em herdar de Portugal a influência cultural e comercial sobre as colônias (MARTINHO, 2007).

Aos 25 minutos do dia 25 de abril de 1974, a canção *Grândola, Vila Morena*, de José Afonso, toca na Rádio Renascença, em Portugal. A música, que fala do sentimento de fraternidade entre o povo da vila alentejana de Grândola, era a senha para que tivesse início a revolução encabeçada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) para derrubar a ditadura que dominava o país desde 1926. Portugal estava mergulhado há quase 50³ anos em um regime totalitário personalista, nacionalista, centralizador, apoiado em forte aparato repressivo e ideológico. No campo econômico, o governo estimulava uma industrialização dependente do mercado externo, em uma “estrutura econômica que assentava na sobre-exploração dos trabalhadores na metrópole e na espoliação dos povos das colônias” (LOUÇÃ, 1984, p. 12). A saturação desse modelo, junto com as guerras

³ Foram 48 anos de ditadura de ponta a ponta, de 1926 a 1974. Nesse percurso estão a Ditadura Militar (1926 a 1933), o Estado Novo Salazarista (1933 a 1968) e o Estado Novo Marcelista (de 1968 a 1974, período no qual Marcello Caetano assume a presidência do Conselho de Ministros após o afastamento, por motivos de saúde, de António Salazar) (ROSAS, 2013).

coloniais, foram alguns dos principais motivos do fim do salazarismo.

António de Oliveira Salazar (1889-1970) participou da ditadura desde o seu início, com a Revolução de 28 de maio de 1926. Primeiro, teve uma rápida atuação (13 dias) como Ministro de Finanças. Retornou à função em 1928, impondo uma política de forte austeridade. A partir da Constituição de 1933, passou a ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, permanecendo na função até 1968, quando se afastou por motivos de saúde. Líder de educação católica, foi uma das figuras políticas mais marcantes do século XX.

Salazar entra em cena em um país de estado industrial medíocre, paralisado internamente pelas conquistas ultramarinas que marcaram sua história. O líder não vê aí um problema, ao contrário, “deseja evitar o desenvolvimento a fim de conservar a tranquilidade e não desenvolver o proletariado para evitar as crises” (GEORGEL, 1985, p. 108). Nos anos 1960, começam as guerras de independência das colônias africanas: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, e sua contenção exige muito dos cofres públicos e dos portugueses. Quando Salazar se retira, sendo sucedido por Marcello Caetano, em 1968, o país vive das exportações, do dinheiro enviado pelos emigrantes e do turismo (GEORGEL, 1985).

Os anos do Estado Novo também não são bons para índices sociais, como educação e saúde. Apenas na década de 1960 o governo passa a dar alguma atenção à questão da alfabetização e, com uma campanha intensa, faz o número de iletrados baixar para 40% da população. Faltam médicos e hospitais: em 1970, 46% dos partos são realizados em casa, sem assistência médica. Os partidos políticos e sindicatos são suprimidos, sendo a União Nacional a única organização partidária legalmente reconhecida (GEORGEL, 1985).

Georgel (1985) caracteriza o salazarismo como uma “ditadura estática”, que “não tem necessidade do povo para atingir seus objetivos” (p. 115). Os instrumentos utilizados para guiar o Estado são baseados no medo e na obediência, desacreditando qualquer tipo de capacidade autônoma dos indivíduos ou das massas. O regime fechado se traveste de democracia através de instrumentos legais: a Constituição de 1933 tratou de “permitir, ao abrigo de uma fachada democrática constituída por uma assembleia, a governação do país por um executivo todo-poderoso” (p. 128). Ferreira (2006) analisa o papel das eleições durante o Estado Novo português e afirma que este, apesar de ser uma ditadura, preocupava-se em realizar eleições presidenciais, legislativas e para as Juntas

de Freguesia, a fim de consagrar sua legitimidade tanto em nível interno quanto externo. As eleições eram uma fachada democrática, uma vez que os resultados eram controlados e, muitas vezes, fraudados a fim de garantir a vitória do partido único, a União Nacional.

No campo da força repressiva, a ditadura atuava em duas frentes: a polícia política e o exército. A primeira estabeleceu-se na Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que contava com um número elevado de colaboradores – entre dez e doze mil – e produziu fichamentos de pelo menos metade (três milhões) da população de Portugal à época. “O Portugal salazarista não era mais do que um imenso quadrilátero de espionagem, onde alguns milhões de pessoas viviam com medo de alguns milhares” (GEORGEL, 1985, p. 230).

A relação de Salazar com o outro braço da força, o Exército, é singular. O ditador era um civil e, ao contrário de outros déspotas na Europa, como Franco, Mussolini ou Hitler, não foi gestado politicamente entre as Forças Armadas. A ditadura em Portugal sempre esteve à mercê do Exército e isso fica claro no 25 de Abril, quando o regime caiu praticamente sem resistência. Foi através das Forças Armadas que a ditadura sucumbiu e um dos fatores preponderantes para que isso acontecesse foi o descontentamento dessa instituição, especialmente por causa das guerras de independência nas colônias africanas. “O epicentro do abalo não era a metrópole, mas a África” (SECCO, 2004, p. 7).

Rosas (2013) caracteriza o salazarismo como um regime político que dominou a “arte de saber durar”. Essa concepção complexifica a generalização sobre um “regime estático” de Georgel (1985), já que este se adaptou e sobreviveu a muitos abalos, como a derrota do nazi-fascismo, as novas configurações mundiais da Guerra Fria e o conturbado começo dos anos 1960, colocado à frente dos desafios da Europa no pós-guerra: “a democratização política, o desenvolvimento econômico, a justiça social, a construção europeia e a descolonização” (ROSAS, 2013, p. 185-186). O autor aponta cinco fatores principais que explicam a durabilidade do regime: a violência (preventiva e repressiva), o controle das Forças Armadas, a cumplicidade política e ideológica da Igreja Católica, o corporativismo e o investimento no projeto totalitário do “homem novo” salazarista: “O velho desígnio estratégico do ditador visando mudar a mentalidade dos portugueses, corrigir-lhes os ‘defeitos’, moldá-los, bem como às suas almas, de acordo com os valores ideológicos da ‘nova ordem’ [...]” (ROSAS, 2013, p. 188).

Este último aspecto nos leva a compreender que o Estado Novo português foi muito mais que um Estado forte e repressivo. O regime foi também sustentado por um

imaginário poderoso, espalhado por todas as áreas da vida dos portugueses, da política e economia à educação e divertimentos. Martins (1992), ao estudar os manuais escolares durante o período, procura encarar esses textos como “um sistema cultural, um sistema de símbolos em interação, o que quer dizer, como uma rede ou uma teia de significações que se entrecruzam”, como “valores que exprimem crenças e sonhos” que integram um “corpo simbólico, que ao mesmo tempo age sobre a vida real e a reflete” (p. 194). O autor expõe o imaginário salazarista em seu simbolismo – a *saudade* e o *sebastianismo*, o passado e o futuro – que projeta a imagem de um país antigo, tradicional e humilde, mas com aspirações de grande Império. “Por um lado, pois, o desejado medievalismo, bucólico e cordato, figurado pelo tema 'boa dona de casa'. Por outro, a ambição do Império, ousada e épica, figurada pelas caravelas” (MARTINS, 1992, p. 198).

A vocação imperial, fortemente arraigada ao imaginário português, explica o impacto da questão colonial na desestabilização do regime, tema central nas narrativas jornalísticas analisadas. Uma das imagens que ilustra de forma contundente esse imaginário (Fig. 1) é a da projeção, sobre o mapa da Europa, dos territórios portugueses na África, demonstrando que “Portugal não é um país pequeno” e sim “uno, multirracial e pluricontinental”. “Este mapa seria utilizado durante 40 anos como lição de história” (MARTINS; OLIVEIRA; BANDEIRA, 2012, p. 266). A luta pela independência das colônias confronta-se fortemente com esse imaginário e, enquanto foram capazes, tanto o salazarismo quanto o marcelismo esforçaram-se em contornar sua incompatibilidade com a realidade da independência, autonomia e autodeterminação desses territórios.



Figura 1: Portugal não é um país pequeno (Mapa apresentado na Exposição Colonial de 1934 no Porto, Portugal).
Fonte: <http://bit.ly/2u2tegvZ>. Acesso em: 08 jul. 2018.

Em 1961, estoura a revolução em Angola. Em 1963, é a vez de Moçambique e Guiné-Bissau. O esforço militar português para reprimir as revoltas nas colônias contraria todo um movimento europeu de descolonização, além da pressão de Estados Unidos e União Soviética, em plena Guerra Fria. Também implica somas colossais para um país de economia estagnada e cada vez mais isolado. O orçamento militar devora 9% do PIB em 1970 e quase 200 mil soldados – 10% da população economicamente ativa do país – está deslocado para os fronts. A guerra contra as colônias mostra-se injusta, infundada e dispendiosa, tanto em esforço financeiro quanto humano.

O afastamento de Salazar em 1968, por motivos de saúde, dá início a um período que ficou conhecido como “primavera marcelista”, em referência a Marcelo Caetano, que o sucedeu na presidência do Conselho de Ministros. Caetano tenta articular algumas modificações liberalizantes, promovendo a aproximação da União Nacional com setores mais liberais. Modifica a lei da censura e o nome do PIDE, que passa a se chamar Direção-Geral de Segurança (DGS). Mesmo assim, as guerras coloniais e a ditadura continuam a oprimir o povo português, provocando descontentamento entre as Forças Armadas, que passam a organizar-se no Movimento dos Capitães. Cresce o entendimento de que a solução para as questões ultramarinas é política e não militar. Essa ideia ganha reforço com a publicação do livro *Portugal e o futuro*, a 22 de fevereiro de 1974, de autoria do general António de Spínola. Líder de grande destaque nas guerras coloniais em África e ex-governador da Guiné-Bissau, Spínola ocupa, na ocasião, o cargo de vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Na obra, propõe uma solução federalista para a questão colonial.

A 5 de março, o Movimento dos Capitães se reúne em Cascais para aprovação das bases de seu programa, no documento intitulado “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, e passa a se chamar Movimento das Forças Armadas (MFA). No dia 14 desse mesmo mês, o general Spínola não comparece a uma reunião de oficiais gerais com o presidente do Conselho, na qual foi reafirmado o apoio desses oficiais à política ultramarina do governo. Como consequência, é exonerado de seu cargo. Este fato leva à uma tentativa de antecipação do golpe, o Levantamento das Caldas, que fracassa e leva à prisão cerca de 200 militares. O MFA volta a se articular, contando com a participação do general Spínola na composição de seu Programa. Consegue efetivar o golpe, finalmente, a 25 de abril de 1974.

“Quando saíram às ruas, os militares queriam somente três coisas: pôr fim à

ditadura, regatar o prestígio das forças armadas; e terminar com a Guerra Colonial em África que já estava virtualmente ganha pelos inimigos” (SECCO, 2004, p. 7). A ditadura cai oferecendo pouquíssima resistência. A população ignora as orientações para não sair às ruas e Lisboa é tomada pelos populares, que apoiam o movimento. Ao final do dia 25 de abril, Caetano é preso no Quartel do Carmo pelo capitão Salgueiro Maia e levado para a Ilha da Madeira. Nas negociações que levam à sua rendição, o acordo é que a presidência seja entregue ao general Spínola, integrante da Junta de Salvação Nacional (JSN), um grupo de militares designados para sustentar o governo português até a realização de eleições diretas e livres e a formação de um governo civil.

Libertos da ditadura, os portugueses têm de encarar problemas gestados na longa duração: “o país vivera nos últimos séculos a condição de um império ultramarino acostumado a ver-se com lentes dilatadas e não tal qual um pequeno retângulo na ponta extremada do Velho Mundo” (SECCO, 2004, p. 7). Inicia-se então um processo de intenso debate e disputa política conhecido que culmina com a aprovação da Constituição Portuguesa de Abril de 1976 e consolida a democracia no país. Após a intervenção militar, começam a despontar as lideranças civis que viriam a disputar o poder após a Revolução, grande parte delas organizadas à esquerda, como Álvaro Cunhal, líder do Partido Comunista Português (PCP) e Mário Soares, do Partido Socialista (PS): “[...] do dia para a noite, explodiu o chamado poder popular. Comissões de mulheres aguerridas tomaram as creches, trabalhadores controlaram fábricas, bancos, fazendas. Soldados se organizaram, oficiais defenderam grevistas” (SECCO, 2004, p. 11).

A perspectiva de uma guinada à esquerda – da qual será emblemático o *Verão Quente* de 1975 –, coloca as forças conservadoras, incluindo os Estados Unidos, em alvoroço. Na análise de Secco (2004), o grande trunfo da Revolução dos Cravos foi o primado da fraternidade, já que o 25 de abril derrubou uma ditadura fascista de forma quase totalmente pacífica, sem guerra civil.

No Brasil, a ditadura completava 10 anos de existência em 1974. Poucos dias antes da revolução portuguesa, a 15 de março, o general Ernesto Geisel era o quarto militar a assumir a presidência da República desde 1964. Em um momento de grande repressão, no qual sofria com a censura, prisões, torturas e assassinatos, a oposição aos militares festejou o sucesso do golpe e articulação das esquerdas em Portugal, na esperança de que sinalizassem alguma possibilidade de abertura no quadro político brasileiro. Curiosamente, a ditadura logo reconheceu o governo revolucionário português

e, ao mesmo tempo, ofereceu asilo a Marcelo Caetano e Américo Tomás.

Os acontecimentos de 25 de abril de 1974 foram acompanhados, ao mesmo tempo, com esperança, ceticismo e incredulidade, no mundo todo. Àquela altura, poderia parecer mais um golpe militar que encobria intenções despóticas na armadilha das libertações, mas também um revigorante sopro de liberdade e um sério aviso às ditaduras de Espanha, Grécia, Chile e Brasil. Vemos, assim, que o 25 de abril traz à tona uma série de disputas de poder e expõe a complexidade das relações políticas naquele momento histórico, relatadas, interpretadas e influenciadas pela imprensa da época. Nesse sentido, o debate acerca da liberdade de expressão assume protagonismo, conformado pelos contextos específicos de Brasil e Portugal, como veremos a seguir.

“Como se escreve liberdade?”: narrativas jornalísticas e liberdade de expressão em Portugal e no Brasil

No Portugal anterior à Revolução, a imprensa vivia sob censura prévia e a política interna era um tema controverso nas redações. Excessivamente vigiada, a editoria impunha aos profissionais sérias restrições ao trabalho e resumia-se, muitas vezes, à simples repetição de comunicados oficiais e uma protocolar cobertura de cerimônias controladas e encenadas pelo regime. Essa situação fazia com que jornalistas da área fossem realmente ou confundidos com colaboradores do regime salazarista. No 25 de Abril, “todos os jornais acordaram revolucionários”⁴; a liberdade de expressão foi uma das manifestações mais festejadas entre as mudanças políticas em curso em Portugal e o manejo dos meios de comunicação, uma das arenas mais “quentes” do processo revolucionário.

No Brasil de 1974, as ambiguidades nas relações entre imprensa, censura e liberdade de expressão também se manifestavam. Fico (2004) e Kushnir (2004) são autores que exploraram as dinâmicas da censura e as formas como a imprensa brasileira se relacionou com elas durante o regime militar. Fico (2004, p. 72) aposta na ascensão daquilo que chama de utopia autoritária entre os militares golpistas, o que incluía o extermínio de todos os “óbices” ao “destino de grandeza” do Brasil, ou seja, a eliminação

⁴ Expressão do professor Moisés de Lemos Martins, coorientador de nossa tese, em correspondência eletrônica destinada a autora deste artigo em 2014, ao comentar suas indicações para a composição de nosso *corpus* de pesquisa.

do comunismo e de tudo aquilo que fosse entendido como tal. Essa utopia autoritária justificou a “operação limpeza” (ou “punições revolucionárias”) que ocorreu desde os primeiros momentos do golpe. Um dos braços dessa ação autoritária era a censura, que ocorreu, no Brasil, de duas formas: a censura de diversões públicas (que existia institucionalmente através da Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP desde 1946), com cunho fortemente moral (reprovando palavrões, nudez, atentados aos “bons costumes”), e que passa, a partir de 1964, a dedicar-se também aos temas políticos; e a censura da imprensa, de cunho “revolucionário”. Esta última não era institucionalizada, apesar de largamente praticada através de telefonemas ou “bilhetinhos” que informavam os jornalistas sobre as proibições. Mesmo depois do AI-5, era praticada de forma confusa, primeiro através de comandantes de unidades militares ou agentes da polícia federal e, mais tarde, centralizada no Ministério da Justiça.

Kushnir (2004, p. 80) aprofunda-se nas relações entre censores e jornalistas, constatando que, na grande imprensa brasileira do período de governo militar, muitos censores eram jornalistas e que, depois de 1968, havia também jornalistas que eram policiais, ocorrendo uma experiência de colaboracionismo de uma parcela da imprensa com a repressão. Aquino (1999) traça um panorama das complexas relações entre imprensa, censura e cerceamento ao longo do regime militar, ao analisar as trajetórias de *O Estado de S. Paulo* e do semanário alternativo *Movimento* entre 1968 e 1978. Explica, em relação a *OESP*, que não há uma incoerência entre o apoio deste jornal ao golpe de 1964 e as posteriores críticas à ditadura militar, já que seu posicionamento editorial decorre mais da defesa de um liberalismo lockeano do que de princípios propriamente democráticos (AQUINO, 1999, p. 39). De acordo com a autora, *OESP* aponta, tanto em 1964 (por Goulart) quanto em 1968 (pelos militares), o “afronte às instituições”. Ao contrário do que se possa pensar, já que o governo Geisel ficou conhecido pelo começo da abertura política, o ano de 1974 é sinalizado por Aquino (1999) como um período de elevação na quantidade de proibições da censura “revolucionária”. A autora percebe, na comparação entre *OESP* e o semanário *Movimento*, uma atuação mais amena da censura no primeiro caso, já que “a grande imprensa parte de uma concepção de informação e de história que orientam a produção jornalística na direção da cobertura da exceção, oficializando a concessão da palavra aos privilegiados” (p. 249).

O 25 de Abril é precedido por um acontecimento importante, já mencionado, que tem ligação com o tema da liberdade de expressão: o lançamento, em fevereiro de 1974,

do livro *Portugal e o Futuro*, do general Spínola. No Brasil, a obra é editada pela Nova Fronteira, casa editorial de Carlos Lacerda, figura política central na derrubada do presidente João Goulart dez anos antes, ato inaugural da ditadura civil-militar. A esta altura, as relações entre Lacerda e os militares já se deterioraram: o ex-governador da Guanabara teve os direitos políticos suspensos por 10 anos em 1968, após a tentativa de articular uma Frente Ampla ao lado de João Goulart, no exílio, e do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Mesmo cassado, Lacerda não perde a influência e segue comentando a política internacional através da imprensa. Colaborador de *OESP*, assina um texto na edição de 9 de abril de 1974 intitulado “Portugal acha a solução”. Nele, classifica de “irrefutável” a análise e a proposta de solução de Spínola para a situação portuguesa, na qual enfatiza a dimensão da democratização de Portugal. Lacerda afirma, ainda, que “há um movimento em marcha em Portugal” e que a mudança acontecerá inevitavelmente. Invoca a experiência própria para advertir: “Na medida em que posso alegar uma experiência na matéria, digo que o atraso de uma solução tornará inevitável a ascensão direta das Forças Armadas ao poder”⁵. Abaixo do texto de Lacerda, está a reprodução de um canto de Luiz de Camões, o que indica que ali deveria aparecer um texto que foi vetado pela censura. Vemos, assim, que a imprensa estrangeira se torna um lugar para o debate em torno das movimentações políticas em Portugal, uma vez que os meios de comunicação do próprio país eram controlados pela censura. E percebemos, também, que uma profunda transformação era, de certa forma, esperada.

A 25 de abril, tudo mudou.

O *República* de 25 de abril de 1974⁶ é uma verdadeira explosão da palavra pública. A manchete, grafada em vermelho, ocupa toda a largura da página: “As Forças Armadas tomaram o poder”. Abaixo, duas fotos, lado a lado, uma do General Costa Gomes e outra do General Spínola, seguidas do texto principal da capa, que podemos conceber como a mensagem editorial do jornal ao novo poder que se consolida, composta com a tipografia *narrow* (estreita) característica do espaço de opinião desse diário, com o título: “Pelo povo e pelas suas liberdades”, no qual defende que as Forças Armadas estejam à serviço do Povo português. Entre as liberdades fundamentais do cidadão, destacam o direito à vida e à expressão:

⁵ LACERDA, Carlos. Portugal acha a solução. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 09 abr. 1974, p. 5.

⁶ As edições a que tivemos acesso, através da digitalização da Biblioteca Pública de Braga e da hemeroteca de Lisboa, são a segunda e a terceira do dia 25 de abril.

As Forças Armadas têm de se integrar ao contexto da Nação e não sobrepor-se a ela. Só podem servir aos interesses do povo e não pôr-se ao serviço de um só partido ou de uma classe. Na medida em que as Forças Armadas sejam intérpretes do sentir do Povo Português e procurem restabelecer as liberdades fundamentais do cidadão, primeiras das quais consideramos o direito à vida e à expressão, trabalharão por Portugal.⁷

No rodapé, cercado por um box de linhas vermelhas, em letras maiúsculas, o triunfo: “ESTE JORNAL NÃO FOI VISADO POR QUALQUER COMISSÃO DE CENSURA” (Figs. 2 e 3). A publicação dos vistos da censura fora obrigatória em Portugal até a reforma de Lei de Imprensa no período Marcelista, em 1972, a qual tornou a censura prévia menos explícita, mas não menos efetiva.

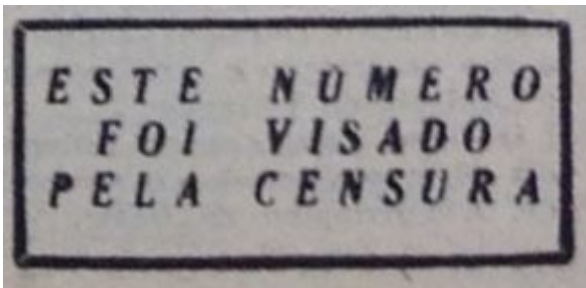


Figura 2: Aviso, em 1964, de que *República* havia passado pelo visto da censura.

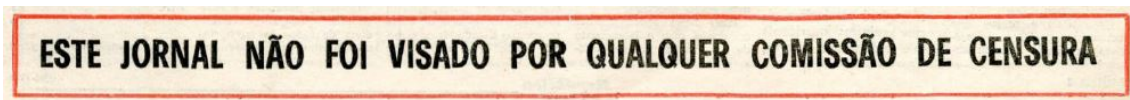


Figura 3: Em 1974, a censura acabou.

Desta forma, *República*, frente aos acontecimentos políticos, ressignifica um dos maiores símbolos da censura prévia. No conjunto da edição, o jornal deixa transparecer uma produção atabalhoada, atropelada pelos fatos, composta por fragmentos recolhidos ao longo do dia. Há marcada tendência ao uso das *estratégias de objetivação*, especialmente em relação à indicação dos horários em que ocorreram os fatos. Nessa profusão noticiosa, a leitura do jornal completo apresenta informações contraditórias entre si e destaca-se por realizar, de forma ainda mais marcada que no jornalismo cotidiano, uma composição de tempos diversos: o do real-histórico, o da narração, o da composição e impressão e, ainda, o resgate de produções passadas, como a entrevista com o general Spínola, produzida originalmente em 1972, mas não publicada pelo veto da censura, os editoriais também censurados em março e abril de 1974 e um artigo de Mario Soares publicado pouco tempo antes, do exílio em Paris, no periódico francês *L'Unité*,

⁷ PELO Povo e pelas suas liberdades. *República*, Lisboa, 25 abr. 1974, pp. 1 e 9.

com o título “O fascismo português ferido de morte”. Soares referia-se à publicação do livro de Spínola e ao Levante das Caldas e, frente à Revolução, o artigo se reveste de novos significados.

Através do *República*, vê-se que o MFA tomou para a si não apenas a dianteira das ações, mas também, junto ao povo, a condução narrativa dos acontecimentos. O jornal, por sua vez, incorpora a narrativa da Revolução e toma parte direta nisso, não apenas no sentido tradicional da *projeção do futuro*, mas através mesmo subversão da referência factual. Na ocasião da primeira edição do dia 25 de abril, “A manchete categórica — “As Forças Armadas tomaram o poder” — não era ainda, à hora de publicação do vespertino, factual, relevando mais do desejo e da necessidade de mobilizar os meios populares: a rendição do Carmo só ocorreria horas mais tarde” (MESQUITA, 2014).

A 26 de abril, a capa do *República* é composta, ainda, por uma foto que mostra, em meio à confusão de soldados e populares, a capa deste jornal no dia anterior. Abaixo, um pequeno parágrafo exalta a conquista da publicação de um primeiro jornal sem censura e o “furo” do fim do regime, depois de mais de quarenta anos de cerceamento e apesar da insistência do Exame Prévio:

O nosso jornal saiu ontem pela primeira vez desde há mais de quarenta anos, sem ir à Censura. Podemos informar os nossos leitores que da Secretaria de Estado da Informação e Turismo nos telefonaram para enviarmos provas ao Exame Prévio. Do Exame Prévio insistiram diversas vezes pedindo provas. Mas os nossos leitores tiveram um jornal, como saiu dos trabalhadores que o fazem. Assinalemos também que foi “República” o primeiro jornal a anunciar o fim do regime que dominou a Nação duramente 48 anos. Como se vê da insistência do Exame Prévio, não saíram a bem os homens que pela força obtiveram o poder e que só à força o abandonaram.

Vemos, assim, que o próprio acontecimento “25 de abril” foi gestado de forma midiaticizada, através da resistência à censura. A página 3, tradicional espaço de opinião, é preenchida com textos que exaltam a liberdade de expressão, revelando um certo estupor diante da súbita liberdade. O jornalista Vítor Direito, na coluna “De vez em quando”, descreve sua experiência particular na Revolução e afirma que depois de 22 anos amarrado à censura, sente-se “um principiante”.

No Brasil, a imprensa dedica amplo espaço à cobertura dos acontecimentos em Portugal. *OESP* de 26 de abril destaca em sua capa a conquista da liberdade de expressão. A foto escolhida para compor a metade inferior da primeira página mostra um homem

lendo um jornal nas ruas de Lisboa e a legenda: “Após 40 anos, jornais sem censura”. Por outro lado, no espaço editorial, o mesmo jornal revela seu conservadorismo e anticomunismo do diário paulistano. Ao comentar a euforia sobre as perspectivas de redemocratização em Portugal, afirma que, de forma “realista”, a democracia tem “condicionantes morfológicas” e que é conquistada pelo “amadurecimento”. Sendo assim, para *OESP*, o povo português não estaria preparado para a democracia, já que a educação popular para essa forma de governo não era “prioridade do programa do governo salazarista” e que “outros totalitários, desta vez da esquerda sob influência exógena” poderiam beneficiar-se do caos e da desordem:

Assim sendo, não há como negar que a democratização deve ser progressiva [...] para que o povo português, não preparado e amadurecido para assumir as responsabilidades culturais e morais do autogoverno, vendo-se surpreendido pela obtenção dos direitos advindos da liberdade, esqueça-se dos deveres a ela inerentes e passe a interpretá-la e a exercê-la no sentido da libertinagem. A libertinagem, todos o sabemos, leva ao caos e à desordem, dos quais irão beneficiar-se outros totalitários, desta vez da esquerda sob influência exógena. O caos e desordem geram o clima de que se aproveitam e se beneficiam os grupos radicais extremistas.⁸

O comentário do jornal paulistano vai ao encontro das preocupações spinolistas com a súbita liberdade. O general afirma que o objetivo é “criar uma imprensa mais responsável: ‘Todos os jornais devem transformar-se em instrumentos válidos. Não podemos permitir que se crie um clima de irresponsabilidade’”⁹. No *Jornal do Brasil*, a charge de Ziraldo volta-se ao tema da liberdade e sugere que o povo português anda “esquecido”:



Figura 4: *Jornal do Brasil*, 27 abr. 1974, p. 6.

⁸ OS CAMINHOS dos militares portugueses. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28 abr. 1974, p. 3.

⁹ SPÍNOLA teme o uso indevido da liberdade. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1974, p. 1.

A atuação da mídia é, nesse sentido, profundamente conectada com o exercício da cidadania e tem responsabilidade, portanto, nos rumos da nação. As disputas em torno do controle político da situação passam a ocorrer também na arena midiática. Em 26 de abril, *República* aposta na publicação do programa do MFA, editando, em tópicos, seus principais aspectos e, no mais, assumindo, integralmente, a reprodução do programa. De acordo com Rezola (2008), a divulgação na imprensa do programa do MFA – e a publicação na íntegra no *República* – é sintoma de disputas entre a Junta e o MFA. Segundo a autora, Spínola não queria a divulgação, no que era apoiado pela JSN. O MFA, porém, mostra-se totalmente contrário à ideia:

O debate é inconclusivo, o que nos leva a concluir que sua apresentação à imprensa, na manhã de 26 de Abril, constitui um manobra dos Capitães. Segundo Martins Guerreiro, ele próprio se encarregou de entregar uma versão integral do Programa a Álvaro Guerra para ser publicado no *República*, movido pela preocupação de impedir que o Movimento fosse manipulado pela direita militar. Uma estratégia bem sucedida mas que não consegue impedir o fim das polêmicas. O programa era o compromisso possível, polêmico, cheio de ambiguidades e nascido contra a vontade de muitos. Um programa para ser esquecido ou, pelo menos rapidamente revisto. (REZOLA, 2008, p. 62).

Vemos, assim, que o tema da liberdade de expressão é central na cobertura do acontecimento “25 de Abril” e que apresenta, de acordo com o contexto de cada jornal analisado, dimensões multifacetadas. Em Portugal, através do *República*, ocorre a explosão da palavra pública e a ação diretamente revolucionária. No Brasil, compreendemos que há uma certa ambiguidade no trato do tema, explicada, em parte, pelo contexto de censura e pela complexidade das relações entre mídia e política. Devemos ainda aprofundar a questão em trabalhos posteriores, trazendo ao debate outras perspectivas de jornais portugueses e brasileiros.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: EDUSC, 1999.

FERREIRA, Ana Sofia. As eleições no Estado Novo: as eleições presidenciais de 1949 e 1958. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto: III Série, v. 7, pp. 197-212, 2006. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3412.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2004, pp. 71-79.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004.

GEORGEL, Jacques. **O salazarismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

KUSHNIR, Beatriz. Entre censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964. In: **1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. pp. 80-90.

LOUÇÃ, Francisco. **Ensaio para uma revolução**. Lisboa: Cadernos Marxistas, 1984.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **Léguas a nos separar**. São Paulo: Revista de História.com.br. 2007. Disponível em:
<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/leguas-a-nos-separar>>. Acesso em: 12 set. 2013.

MARTINS, Moisés de Lemos. A dona de casa e a caravela transtlântica. Estudo sócio.antropológico sobre o imaginário salazarista. **Cadernos do Noroeste**, v. 5, 1992, p. 191-204. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25357>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

MARTINS, Moisés de Lemos; OLIVEIRA, Madalena; BANDEIRA, Miguel. O “Mundo Português” da Exposição de 1940 em postais ilustrados. O global numa visão lusocêntrica. **Revista de Comunicação e Linguagens**, v. 42, 2012, p. 265-278. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24149>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

MESQUITA, Pedro Teixeira. República [on-line]. Hemeroteca Municipal de Lisboa. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/1A9kKH>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

REZOLA, Maria. **25 de abril: mitos de uma revolução**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

SECCO, Lincoln. Trinta anos da Revolução dos Cravos. **Revista Adusp**. São Paulo: Adusp, n.33, out. 2004. p. 6-12. Disponível em:
<<http://adusp.org.br/files/revistas/33/r33.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

VIEIRA, Joaquim; MONICO, Reto. **Nas bocas do mundo: o 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional**. Lisboa: Tinda-da-china, 2014.